

ANEXO VII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

[Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 5º, inciso XXXIII, art. 92, §§ 1º, 3º, 7º.](#)

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

[Constituição do Estado de Goiás de 1989, art. 92, §§ 1º, 3º, 7º.](#)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

[Lei Federal nº. 12.527 de 18/11/2011](#) – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

[Lei Federal nº. 9.637 de 15/05/1998](#) – Qualificação como Organizações Sociais.

[Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

[Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990](#) – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

[Lei Federal nº 14.654 de 23/08/2023](#) – Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a divulgação dos estoques dos medicamentos das farmácias que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).

[Lei Federal nº 13.709 de 14/08/2018](#) – Dispõe sobre Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



[Lei Estadual nº. 18.025 de 22/05/2013](#) – Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências.

[Lei Estadual nº. 15.503 de 28/12/2005](#) – Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências.

[Lei nº Estadual nº 21.740, de 29 de dezembro de 2022](#) – Disciplina o regime jurídico das organizações sociais da saúde – OSSs no Estado de Goiás.

[Lei Estadual nº 22.485, de 22 de dezembro de 2023](#), que disciplina o regime jurídico das Organizações Sociais da Saúde – OSS no Estado de Goiás.

[Instrução Técnica nº 7/2020](#) – GF-A2-TCE – processo nº 202000010018300. Trata de Consulta formulada a esta Corte de Contas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), para saneamento da divergência apontada no Ofício nº 5437/2020 - SES, considerando a redação do item 13 do Anexo II da Resolução Normativa TCE nº 013/2017, referente as informações no Portal da Transparência das Organizações Sociais.

[Lei Estadual nº. 13.569 de 27/12/1999](#) – Dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e dá outras providências.

PORTARIAS

[Portaria Conjunta nº 018/2022-SEC-CEXTERNO/TCE-CGE](#)

- Resolvem: alterar a redação do Art. 2º, § 2º, da Portaria Conjunta N°001/2021, DA SEC-CEXTERNO/TCE e CGE.



[Portaria nº. 426/2021 SES/GO](#) – Repasse de recursos financeiros às OSs a título de investimento.

[Portaria Conjunta nº. 001/2021 TCE/CGE](#) – Metodologias a serem utilizadas pela Secretaria de Controle Externo do TCE-GO e pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás para avaliação da transparência ativa e passiva dos órgãos e entidades estaduais, bem como das organizações sem fins lucrativos que recebem recursos públicos e seus respectivos órgãos supervisores.

[Portaria nº. 518/2018 SES/GO](#) – Composição e competências da COMACG.

[Portaria nº. 1038/2017 SES/GO – SIPEF](#) – Dispõe sobre as informações lançadas no Sistema de Prestação de Contas – SIPEF

[Portaria Intersecretarial SES/AGR/CGE nº 01 de 03 de novembro de 2014.](#)

DECRETOS

[Decreto Estadual nº 9.063/2017](#). Disciplina a realização de inventário dos bens tangíveis e intangíveis integrantes do patrimônio público e a respectiva avaliação, no âmbito da Administração direta, autárquica, fundacional e dos fundos especiais do Poder Executivo.

[Decreto Estadual nº 9.837, de 23/03/2021](#) – Institui o Código de Ética e de Conduta Profissional do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual.

[Decreto Federal nº. 9.190 de 1º/11/2017](#) – Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637.

[Decreto Estadual nº. 10.306 de 21/08/2023](#) – Regulamenta a Lei estadual nº 18.025, de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do



Estado de Goiás, e institui o serviço de informação ao cidadão, e revoga o Decreto nº 7.904, de 11 de junho de 2013.

RESOLUÇÃO

[Resolução Normativa nº 4/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE](#)

– Dispõe sobre a atuação do controle externo nas parcerias entre a administração pública e entidades de direito privado sem fins lucrativos.

[Resolução Normativa nº. 004/2018 TCE/GO](#) – Retifica a Resolução Normativa nº 013/2017, para correção de erro material.

[Portaria nº 40, de 09 de março de 2021](#) – Estrutura as Ações de Controle pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Goiás, na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

METODOLOGIA

[1ª Edição da Metodologia de Avaliação dos Termos de Colaboração e/ou Fomento da SES](#)

- Esta metodologia apresenta os critérios de avaliação de conformidade das páginas de acesso à informação das organizações da sociedade civil – OSC e do órgão supervisor, observando a legislação e normativos pertinentes ao termo de colaboração. Tendo como finalidade a transmissão de entendimento de forma prática e objetiva dos itens exigidos e da responsabilidade pela divulgação da informação, a cargo da contratante e da CONTRATADA.

- Tendo como finalidade a transmissão de entendimento de forma prática e objetiva dos itens exigidos e da responsabilidade pela divulgação da informação, a cargo da contratante e da contratada.

MANUAIS E REGULAMENTOS

[Regulamento da Avaliação das Páginas de Acesso à Informação das](#)



[Organizações sem fins lucrativos que recebem recursos públicos e seu respectivo órgão supervisor – SES/GO.](#)

- Minuta-padrão de contrato de gestão, elaborada pela Procuradoria-Geral do Estado – 2021 – a versão vigente está disponível no Portal de Transparência, Grupo: Informações gerais, Item: Contrato de gestão/aditivos.

ESTATUTOS SOCIAIS

[Estatuto Social vigente + histórico de alterações](#)

Legislação Aplicável da SES/GO - [Link do site da SES/GO.](#)

Goiânia, 03 de setembro de 2025.

Fundação PIO XII

Fonte: 1ª Edição da metodologia de Avaliação da Transparência dos Termos de Colaboração e/ou Fomento da Secretaria de Estado da Saúde (SES) - anexo VII - [legislação aplicável](#)

